



República de Moçambique

Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DE INHARRIME PROVÍNCIA DE INHAMBANE



Edição 2005

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa, não constituindo parecer profissional sobre a estratégia de desenvolvimento local. As suas conclusões não são válidas em todas as circunstâncias. Noutros casos, deverá ser solicitada opinião específica ao Ministério da Administração Estatal ou à firma MÉTIER - Consultoria & Desenvolvimento, Lda.

Série: Perfis Distritais

Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal

Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local

Copyright © 2005 Ministério da Administração Estatal.

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.metier.co.mz>

Índice

Prefácio	v
Siglas e Abreviaturas	vii
MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO	viii
1 Breve Caracterização do Distrito	2
1.1 Localização, Superfície e População	2
1.2 Clima, Solos e Hidrografia	2
1.3 Infra-estruturas	3
1.4 Economia e Serviços	3
2 História, Cultura e Sociedade	5
3 Demografia	7
3.1 Estrutura etária e por sexo	7
3.2 Traço sociológico	7
3.3 Línguas faladas	8
3.4 Analfabetismo e Escolarização	9
4 Habitação e Condições de Vida	10
5 Organização Administrativa e Governação	12
5.1 Governo Distrital	12
5.2 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais	14
5.2.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural	14
5.2.2 Obras Públicas e Habitação	14
5.2.3 Educação e Saúde	15
5.2.4 Cultura, Juventude e Desporto	16
5.2.5 Mulher e Coordenação da Acção Social	16
5.2.6 Justiça, Ordem e Segurança pública	17
5.3 Desminagem	17
5.4 Finanças Públicas	17
5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital	18
5.6 Apoio externo e comunitário	18
6 Posse e Uso da Terra	20
6.1 Posse da terra	20
6.2 Trabalho agrícola	22
6.3 Utilização económica do solo	22
7 Educação	24
8 Saúde e Acção Social	27

8.1	Cuidados de saúde e quadro epidémico	27
8.2	Acção Social	28
9	Género	30
9.1	Educação	30
9.2	Actividade económica e exploração da terra	31
9.3	Governança	32
10	Actividade Económica	33
10.1	População economicamente activa	33
10.2	Rendimento e consumo familiar	34
10.3	Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência	35
10.4	Infra-estruturas de base	36
10.5	Agricultura e Desenvolvimento Rural	37
10.5.1	Zonas agro-ecológicas	37
10.5.2	Produção agrícola e sistemas de cultivo	38
10.5.3	Pecuária	39
10.5.4	Pescas, Florestas e Fauna bravia	39
10.6	Indústria, Comércio e Serviços	40
	Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Inharrime	41
	Documentação consultada	42

Lista de tabelas

TABELA 1:	População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005	7
TABELA 2:	Agregados, segundo a sua dimensão e tipo sociológico	8
TABELA 3:	População, segundo o estado civil e crença religiosa	8
TABELA 4:	População, consoante o conhecimento de Português	8
TABELA 5:	População, por condição de alfabetização, 1997	9
TABELA 6:	Famílias, segundo o tipo de casa e as condições de vida	10
TABELA 7:	Programas de acção social, 2000-2003	16
TABELA 8:	População e frequência escolar	24
TABELA 9:	População, por nível de ensino que frequenta	25
TABELA 10:	População, por nível de ensino concluído	25
TABELA 11:	Escolas, alunos e professores, 2003	26
TABELA 12:	Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003	27
TABELA 13:	Indicadores de cuidados de saúde, 2003	27
TABELA 14:	População, por condição de orfandade	28
TABELA 15:	População deficiente, por grupo etário	29
TABELA 16:	Programas de acção social, 2000-2003	29
TABELA 17:	População activa, processo de trabalho e sector de actividade	34
TABELA 18:	Rede de estradas	36
TABELA 19:	Produção agrícola, por principais culturas, 2000-2003	39

Lista de figuras

FIGURA 1:	Famílias, segundo as condições básicas de vida.....	10
FIGURA 2:	Habitações segundo o material das paredes, chão e tecto.....	11
FIGURA 3:	Habitações segundo o tipo de acesso a água.....	11
FIGURA 4:	Estrutura do orçamento distrital, 2004	17
FIGURA 5:	Estrutura da exploração agrária da terra	21
FIGURA 6:	Parcelas agrárias, segundo o tipo de posse.....	21
FIGURA 7:	N.º de explorações e área, por culturas principais.....	22
FIGURA 8:	População, por nível de ensino que frequenta.....	24
FIGURA 9:	Quadro epidémico, 2003.....	28
FIGURA 10:	Indicadores de escolaridade, por sexo.....	30
FIGURA 11:	Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado.....	31
FIGURA 12:	População activa, processo de trabalho e sector de actividade.....	33
FIGURA 13:	Estrutura do consumo, por grupos de produtos e serviços.....	34
FIGURA 14:	Distribuição das famílias, por rendimento mensal	35



Prefácio



Com 800 mil km² de superfície e uma população de 19,5 milhões de habitantes, Moçambique inicia o séc. XXI, com exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efectivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os novos princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Neste contexto, o *Distrito* é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Avaliar o potencial distrital e o seu grau de sustentabilidade, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando – para cada distrito, no período que medeia 2000 a 2004 – uma avaliação detalhada do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos que este produto, apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

Efectivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de negócio da administração distrital ajustados às prioridades da região, ao quadro de desconcentração de competências e ao sistema de afectação de recursos públicos; e
- integrado em processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível central e local, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério do Plano e Finanças, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

A todos os intervenientes e, em particular aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução. Uma menção de apreço, ainda, ao grupo MÉTIER, Consultoria e Desenvolvimento, pela assistência técnica prestada na análise da vasta informação recolhida.

A finalizar, referir que a publicação destes Perfis insere-se num esforço continuado, por parte do Ministério da Administração Estatal e da sua Direcção Nacional de Administração Local, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento e crescimento em Moçambique.

Entusiasmamos, pois, todas as contribuições e comentários que possam fazer chegar a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

Maputo, 25 de Setembro de 2005.

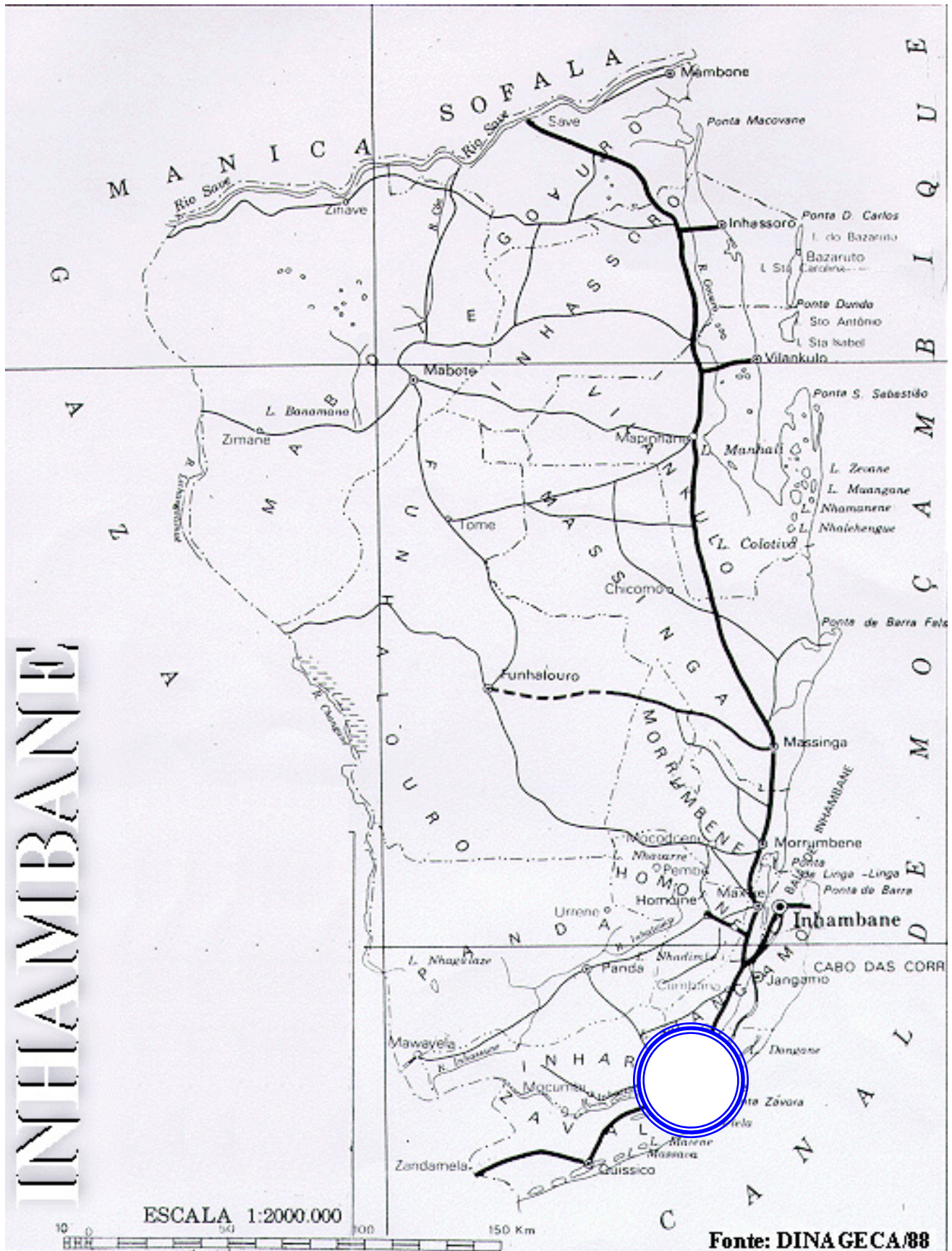
Lucas Chómera Jeremias

Ministro da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

AD	Administração Distrital
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDMCAS	Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRDF	Inquérito às receitas e despesas das famílias
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério da Administração Estatal
MPF	Ministério do Plano e Finanças
PA	Posto Administrativo
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Polícia da República de Moçambique
TDM	Telecomunicações de Moçambique
PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água

MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO



1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito de Inharrime, situado a Sul da província de Inhambane, é atravessado pela EN1 e tem como limites, a Norte o distrito de Jangamo, a Sul o distrito de Zavala, a Este o Oceano Índico e a Oeste os distritos de Panda e Homoíne.

Com uma superfície¹ de 2.744 km² e uma população recenseada em 1997 de 76.518 habitantes e estimada à data de 1/1/2005 em cerca de 93.454 habitantes, o distrito de Inharrime tem uma densidade populacional de 34 hab/km².

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1.2, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 12 pessoas em idade activa.

A população é jovem (45%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 44%) e de matriz rural (taxa de urbanização de 5%).

1.2 Clima, Solos e Hidrografia

O clima do distrito é dominado por zonas do tipo tropical seco, no interior, e húmido, à medida que se caminha para a costa, com duas estações: a quente ou chuvosa que vai de Outubro a Março e a fresca ou seca de Abril a Setembro.



A zona litoral, com solos permeáveis e favoráveis para a agricultura e pecuária, apresenta temperaturas médias entre os 18° e os 33° C. A precipitação média anual na época das chuvas (Outubro a Março) é de 1500mm, com maior incidência nos meses de Fevereiro e Março, em que chegam a ocorrer inundações.

A zona interior do distrito apresenta solos franco-arenosos e areno-argilosos e uma precipitação média anual de 1000 a 1200mm, com temperaturas elevadas, que provocam deficiências de água.

O distrito é atravessado por 4 rios, nomeadamente: Inharime, Nhamitande, Nhaliuaue e Inhassune e possui sete lagoas.

¹ Direcção Nacional de Terras CADASTRO NACIONAL DE TERRAS <http://www.dinageca.gov.mz/dnt/>

1.3 Infra-estruturas

O distrito de Inharrime é servido por **transportes ferroviários e rodoviários**, sendo atravessado em toda a sua extensão pelo principal eixo rodoviário do país, a EN1. Em termos de **telecomunicações**, o distrito recorre a ligações por via rádio. O acesso para os distritos limítrofes é feito em estradas pavimentadas e em boas condições. Já os acessos dentro do distrito são feitos em estradas de terra batida mas que não apresentam grandes limitações de trânsito, excepto durante a época chuvosa.

A distribuição de **fontes de água** pelas várias localidades do distrito é relativamente equilibrada, porém, o acesso à água potável ainda é deficiente. Existem furos com as bombas de água avariadas e falta de peças sobressalentes, e há povoados cujas populações têm que percorrer entre 4 a 6Km até à fonte de água mais próxima.

De acordo com os dados do Censo de 1997, só a vila de Inharrime beneficia de **energia eléctrica**, que cobre cerca de 2% da população do aglomerado, o que corresponde a 1% da população total do distrito.

O distrito de Inharrime possui 60 escolas (das quais, 51 do ensino primário nível 1), e está servido por 6 unidades sanitárias, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente como se conclui dos seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 15.500 mil pessoas;
- Uma cama por 1.350 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 2.750 residentes no distrito.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

1.4 Economia e Serviços

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em consociação de culturas com base em variedades locais, nomeadamente mapira e milho, embora os camponeses ainda produzam amendoim e feijão nhemba.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida sobretudo no interior do distrito, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

O distrito de Inharrime não possui infra-estruturas de regadio disponíveis para a exploração agrícola, sendo a região considerada marginalmente apta para o desenvolvimento de agricultura irrigada. Assim, e dada a existência de um estrato graminoso e arbustivo abundante, é a produção pecuária a actividade agrária com maior potencial neste distrito.



Ainda são visíveis os efeitos das cheias de 2000 que afectaram o distrito. Somente em 2003, após o período de estiagem que se seguiu, e a reabilitação de algumas infra-estruturas agrícolas, se voltou a intensificar a exploração agrícola do distrito, iniciando timidamente a recuperação dos níveis de produção de campanhas anteriores. Dados do levantamento dos “Médicos sem Fronteiras” permitem estimar em 2 meses, a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca, estimando-se que 5% da população esteja em situação potencialmente vulnerável.

O fomento pecuário tem sido fraco. Porém, o investimento privado e a tradição na criação de gado e uso de tracção animal, conduziram ao crescimento significativo do efectivo. O distrito possui recursos florestais que a população local aproveita para o fabrico de utensílios domésticos e para artesanato. A lenha e o carvão são os principais combustíveis domésticos, enfrentando o distrito problemas de desflorestamento e erosão.

O distrito possui um algum potencial piscívora. O produto da caça complementa a dieta alimentar das populações, sendo a caça furtiva o principal constrangimento para a conservação da fauna. A indústria local é muito pouco desenvolvida, sendo a actividade artesanal em vários ofícios uma alternativa imediata à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade. A comercialização agrícola é fraca e, das 66 lojas existentes no distrito, só 40 estão operacionais.

O turismo e respectiva infra-estrutura estão bastante pouco desenvolvidos neste distrito e não existe nenhum sistema formal de crédito implantado e não está representada em Inharrime nenhuma instituição bancária.

2 História, Cultura e Sociedade

A primeira vaga de visitantes do Chissano, os Indianos (Madjuta), não tinham intenções de conquistar as terras de Inharrime, sendo o seu único objectivo foi a prática do comércio.

Inharyni era o nome que o chefe Chissano Nhanombe havia dado à área que compreende Nhamiba, Chelengo, Nhacondo Chitícuá á Licule por ser a zona de muitos Búfalos (Tinhary) . Vasco da Gama registou o nome Inharyni e passou rumo a Ásia. De regresso abordaram de novo Inharyni e contactaram o chefe Chissano com quem trocaram certas impressões, tendo em vista que Inharyni que parece inglês se chamasse Inharrime, nome mais aportuguesado. O registo de nome Inharrime significou para o invasor colonial a ocupação definitiva da zona.

Quando Ngungunhane vinha do lado de Zavala, Chissano Nhanombe organizou os seus atiradores de flechas e impediu que aquele guerreiro atravessasse o rio. Como reconhecimento de proeza, os portugueses nomearam imediatamente UHONDO CHISSANO NHANOMBE, filho do falecido Chissano, como régulo (pequeno rei) nome que pela primeira vez é ouvido na terra do actual distrito de Inharrime.

Vindos de Maleiça, Gaza, os Nhanombes estabelecem-se mais em Nhamimba, zona de mata grossa. Mais tarde aparecem os Maias vindos de Macia, Gaza que se juntaram com os Nhanombes, já organizados em chefias tradicionais.

Os portugueses estabelecem o regime invasor e constroem a Administração em Nhamiba, no local onde se encontra o actual cemitério Municipal. A Administração foi criada em 1816 segundo a versão do popular Tonelane Paipi Cumbe na área de Doropa Inharreluga. Presume-se que Inharrime nunca tinha sido Posto Administrativo, começou por ser circunscrição e o 1º Administrador conhecido como tal foi Machahaatique e tinha como seu interprete Mabuandale (homem gordo) conhecido por João da Conceição de Deus, natural de Inhambane.

Decorridos anos o Administrador Nhamitsielane transferiu o edifício da Administração para o local actual, alegando muitos mosquitos. Da transferencia de edifício para o novo lugar, surge a necessidade de a circunscrição passar para a Categoria de Administração do

Concelho de Inharrime, que não reunia condições para tal porque possuía só 4 régulos, quando as condições mínimas exigidas eram de pelo menos 6 régulos.

Na década 20, ainda o Administrador Nhamatsielane, ordena que os régulos Nhanombe e Nhacondo deviam ceder algumas das suas áreas para se formar a regedoria Nharreluga e o regulo Guamba devia-se dividir a meio para dar lugar a Guamba pequeno. Assim Inharrime passa a Administração do Concelho.

Desde que os portugueses construíram a Administração em 1816, o imposto era chamado Ressa que consistia no trabalho forçado nas companhias açucareiras e nas propriedades agrícolas dos brancos.

Foi a partir de 1912 que muitas infra-estruturas foram erguidas tais como Administração, Palácio, Hospital, Cadeia Civil, Lojas, Escolas e outros.

No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias de 1ª e 2ª linhas (régulos, chefes de terras e secretários de bairro), de acordo com as entidades distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais. Este trabalho culminou com a legitimação pelas respectivas comunidades e o reconhecimento pela autoridade competente de 22 líderes comunitários locais.

A relação entre a Administração e as autoridades comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito.

Em relação à religião existem várias crenças no distrito e representantes das respectivas hierarquias e que se têm envolvido, em coordenação com as autoridades distritais em várias actividades de índole social. A religião dominante é a Sião/Zione, praticada pela maioria da população do distrito.

3 Demografia



A superfície do distrito é de 2.744 km² e a sua população está estimada em 93 mil habitantes à data de 1/1/2005. Com uma densidade populacional aproximada de 34 hab/km², prevê-se que o distrito em 2010 venha a atingir os 109 mil habitantes.

3.1 Estrutura etária e por sexo

Com uma população jovem (45%, abaixo dos 15 anos), tem um índice de masculinidade de 44% e uma taxa de urbanização de 5%, concentrada na Vila de Inharrime e zonas periféricas de matriz semi-urbana.

A estrutura etária do distrito reflecte uma relação de dependência económica de 1:1.2, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 12 pessoas em idade activa.

TABELA 1: População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e +
DISTRITO DE INHARRIME	93,454	15,852	26,449	34,241	11,691	5,221
Homens	41,084	7,755	13,313	13,507	4,486	2,024
Mulheres	52,370	8,096	13,137	20,735	7,205	3,197
P.A. de INHARRIMENE	67,363	11,720	19,064	25,222	7,972	3,386
Homens	29,572	5,729	9,506	9,900	3,127	1,310
Mulheres	37,791	5,991	9,558	15,322	4,845	2,075
P.A. de MOCUMBI	26,091	4,132	7,385	9,020	3,719	1,836
Homens	11,512	2,026	3,807	3,607	1,359	713
Mulheres	14,579	2,106	3,579	5,413	2,360	1,122

Fonte: Estimativa da MÉTIER, na base do INE, Dados do Censo de 1997.

Na zona do PA de Inharrime, que ocupa 40% da superfície do distrito, residem 72% dos seus habitantes.

3.2 Traço sociológico

Das 20.139 famílias do distrito, a maioria é do tipo sociológico alargado (48%), isto é, com um ou mais parentes para além de filhos e têm, em média, 3 a 5 membros.

TABELA 2: Agregados, segundo a sua dimensão e tipo sociológico

% de agregados, por dimensão			Média de pessoas, por agregado		
1 - 2	3 - 5	6 e mais	TOTAL	< 15 anos	≥ 15 anos
29.2%	37.9%	32.9%	4.6	2.1	2.5
TIPO SOCIOLÓGICO DE AGREGADO FAMILIAR					
Unipessoal	Monoparental ⁽¹⁾		Nuclear		Agregado ⁽²⁾
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
15.2%	1.7%	11.2%	18.1%	6.3%	47.5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

1) Família com um dos pais.

2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Na sua maioria casados, após os 12 anos de idade, têm forte crença religiosa, dominada pela religião Sião ou Zione.

TABELA 3: População, segundo o estado civil e crença religiosa

Com < 12 anos	Com 12 anos ou mais, por Estado civil				
	Total	Solteiro	Casado ou união	Separado/ Divorciado	Viuvo
37.2%	62.8%	24.1%	31.0%	3.0%	4.7%
Com Crença Religiosa					
Total	Sião / Zione	Católica	Evangélica	Animista	Outra
100.0%	36.7%	11.0%	10.1%	24.0%	18.1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.3 Línguas faladas

Tendo por língua materna dominante o *Chichopi*, metade da população do distrito com 5 ou mais anos de idade têm conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio predominante nos homens, dada a sua maior inserção na vida escolar e no trabalho.

TABELA 4: População², consoante o conhecimento de Português

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE INHARRIME	49.1%	26.7%	22.4%	50.9%	16.2%	34.6%
5 - 9 anos	6.2%	3.2%	3.0%	11.4%	5.5%	5.9%
10 - 14 anos	11.7%	6.4%	5.3%	4.8%	2.1%	2.8%
15 - 19 anos	9.3%	4.9%	4.4%	4.2%	1.8%	2.4%
20 - 44 anos	16.6%	8.0%	8.6%	14.1%	2.7%	11.3%
45 anos e mais	5.4%	4.2%	1.1%	16.4%	4.2%	12.3%
P.A. de INHARRIMENE	50.1%	27.0%	23.1%	49.9%	15.9%	34.1%
P.A. de MOCUMBI	46.7%	26.0%	20.7%	53.3%	17.2%	36.1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

² Com 5 ou mais anos de idade.

3.4 Analfabetismo e Escolarização

Com quase metade da população alfabetizada, predominantemente homens, o distrito de Inharrime tem uma taxa de escolarização normal, constatando-se que 52% dos seus habitantes, principalmente residentes no posto administrativo sede, frequentam ou já frequentaram a escola, ainda que maioritariamente somente até ao nível primário.

TABELA 5: População³, por condição de alfabetização, 1997

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
DISTRITO DE INHARRIME	56.0%	43.0%	65.8%
5 - 9	77.8%	76.9%	78.6%
10 - 14	35.2%	30.7%	40.0%
15 - 44	45.0%	29.2%	55.2%
45 e mais	76.6%	49.2%	93.7%
P. A. de INHARRIME	55.1%	42.2%	64.8%
P. A. de MOCUMBI	58.3%	45.2%	68.2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

³ Com 5 ou mais anos de idade.

4 Habitação e Condições de Vida

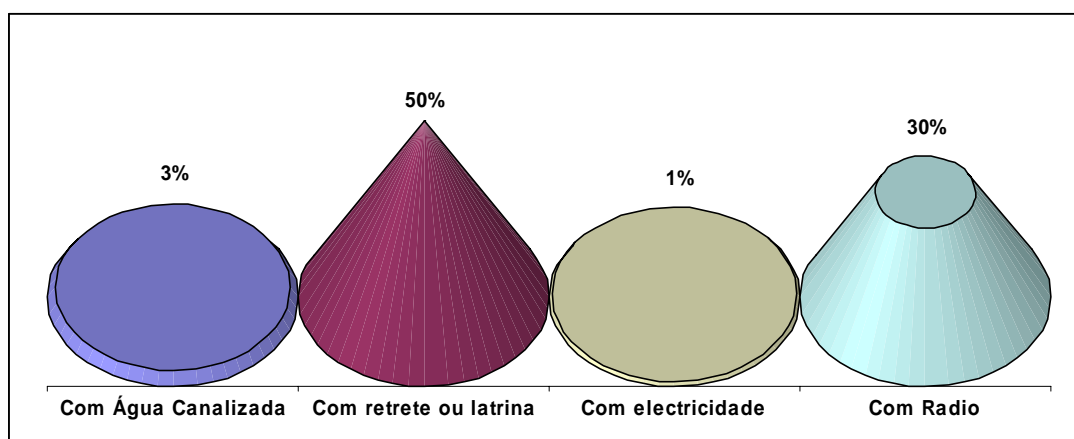


O tipo de habitação modal do distrito é “a palhota, com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus”.

Em relação a outras utilidades, o padrão dominante é o de famílias “sem rádio e electricidade, dispondo de uma bicicleta em cada seis famílias, e vivendo em palhotas com latrina e água colhida directamente em poços ou furos”.

As casas de madeira e zinco (2%) e de bloco ou tijolo (5%) representam somente 7% do total das habitações do distrito, a sua quase totalidade localizadas nas Vilas de Inharrime.

FIGURA 1: Famílias, segundo as condições básicas de vida



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

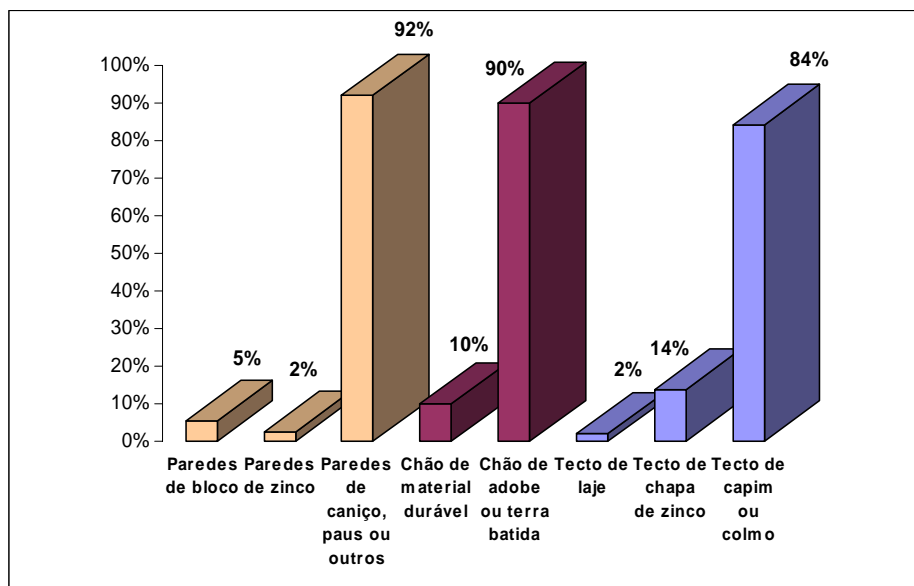
TABELA 6: Famílias, segundo o tipo de casa e as condições de vida

CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TOTAL		TIPO DE HABITAÇÃO					
			Moradia ou Apartamento		Casa de madeira e zinco		Palhota ou casa precária	
	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas
DISTRITO DE INHARRIME	16.272	76.417	928	5.876	316	1.892	15.028	68.649
Com Água Canalizada	3%	3%	13%	11%	4%	4%	2%	2%
Com retrete ou latrina	50%	57%	85%	86%	55%	59%	48%	54%
Com electricidade	1%	1%	9%	9%	2%	1%	1%	1%
Com Radio	30%	39%	51%	60%	53%	57%	28%	36%
Com Rádio	23%	31%	44%	47%	49%	53%	21%	30%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

No que diz respeito às paredes, pavimento e tecto, o material de construção dominante é, respectivamente o caniço ou paus, a terra batida e o capim ou colmo.

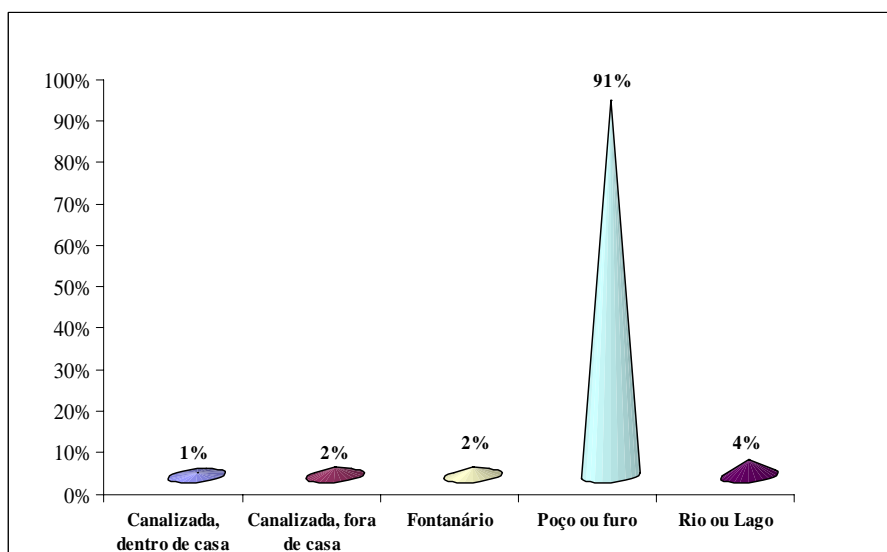
FIGURA 2: Habitações segundo o material das paredes, chão e tecto



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Em particular, no que concerne às fontes de abastecimento de água, verifica-se que na sua maioria a população do distrito recorre directamente a poços ou furos (91%). Os pequenos sistemas de fontanários e de canalização, na sua maioria fora de casa, cobrem apenas 3% das habitações, predominantemente na Vila de Inharrime.

FIGURA 3: Habitações segundo o tipo de acesso a água



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

5 Organização Administrativa e Governação

O distrito de Inharrime está dividido em 2 Postos Administrativos: Posto-Sede com 3 localidades: Nhanombe, Dongane e Chacane e o Posto de Mocumbi com as localidades de Mahalamba e Nhapadiane.

5.1 Governo Distrital



O Governo Distrital, dirigido pelo Administrador de Distrito, está estruturado nos seguintes níveis de direcção e coordenação:

- Gabinete do Administrador, Administração e Secretaria;
- Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direcção Distrital da Educação;
- Direcção Distrital da Saúde;
- Direcção Distrital do Comércio, Indústria e Turismo;
- Direcção Distrital da Cultura, Juventude e Desporto;
- Direcção Distrital das Mulher e Coordenação da Acção Social;
- Delegação do Registo e Notariado;
- Comando Distrital da PRM.

Para além destes órgãos, estão também adstritos ao Governo Distrital, os seguintes organismos:

- Procuradoria Distrital da República;
- Tribunal Judicial Distrital;
- Delegação do Registo Civil e Notariado;
- Delegação Distrital de Coordenação da Acção Ambiental;
- Representação do INAS e do sector do Trabalho; e
- Direcção do SISE.

A gestão da vila, desde os serviços de higiene, salubridade e fornecimento de água potável é igualmente garantida pela Administração do Distrito.

Neste distrito existem Delegações da EDM-EP, TDM-EP, Correios de Moçambique, e CFM.

Com um total de 55 funcionários (dos quais, 15 são mulheres), apresenta a seguinte distribuição por categorias profissionais:

■ Técnicos Superiores	2
■ Técnicos Médios	2
■ Assistentes Técnicos	7
■ Operários, Auxiliares Administrativos e Agentes de Serviço	28
■ Pessoal auxiliar	16

O sistema de governação vigente é baseado no Conselho Executivo. Em resultado da aprovação das Leis 6/78 e 7/78, este substituiu a Câmara Municipal local que era dirigida pelo Administrador do Distrito, por acumulação de funções, por força do artigo 491 da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU).

O Conselho Executivo local é um órgão distinto do Aparelho do Estado no escalão correspondente, com as seguintes funções:

- Dirigir as tarefas políticas do Estado, bem como as de carácter económico, social e cultural.
- Dirigir, coordenar e controlar o funcionamento dos órgãos do Aparelho do Estado.

O Conselho Executivo é dirigido por um Presidente, que geralmente por acumulação de funções é o Administrador do Distrito, o qual é nomeado pelo Ministro da Administração Estatal.

Ao nível do distrito o Aparelho do Estado é constituído pela Administração do Distrito e restantes direcções e sectores distritais. O Administrador por sua vez responde perante o Governo Provincial e Central, pelos vários sectores de actividades do Distrito organizados em Direcções e Sectores Distritais.

A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, conseqüentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da Administração Pública, aprovadas pelo Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, do Conselho de Ministros, publicado no Boletim da república nº 41, I Série, Suplemento.

A actividade do governo distrital segue uma abordagem essencialmente empírica e de contacto com a comunidade. Importa que esta prática venha a ser sistematizada em sistemas de planificação e controlo regulares e fiáveis, bem como seja baseada numa visão estratégica que oriente o planeamento anual e faça convergir de forma eficaz os esforços sectoriais.

5.2 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo transcrevendo o rol de funções oficiais das Administrações já publicadas oficialmente, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa que contribuem para o desenvolvimento social e económico do distrito.

5.2.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural

De um modo geral, a agricultura no distrito é praticada em regime de consociação de culturas com base em variedades locais e, em algumas regiões, com o recurso à tracção animal e tractores. Em média, as famílias camponesas exploram uma área próxima de 1 hectare.

O início do século foi marcado pelas cheias de 2000 e chuvas acima do normal que destruíram as culturas. Nos anos seguintes, o cenário de estiagem e seca caracterizado por chuvas abaixo do normal e irregulares criaram uma situação de insegurança alimentar, exigindo do Governo Distrital iniciativas enérgicas de mitigação, de que se destacam:

- Distribuição de sementes e utensílios agrícolas às vítimas das cheias;
- Reabilitação de valas de drenagem nas baixas do distrito;
- Fomento de batata-doce de polpa alaranjada; e
- Aquisição e distribuição de bovinos de fomento.

5.2.2 Obras Públicas e Habitação

Tem a seu cargo a execução do investimento e promoção da manutenção de infra-estruturas locais, nomeadamente:

- **Estradas e pontes:** A reabilitação de estradas secundárias e terciárias, num total de 156km, com envolvimento da comunidade no quadro do programa “comida por trabalho” tem tido um impacto importante no desenvolvimento do distrito, permitindo o transporte da ajuda alimentar e o acesso a novas terras para agricultura;
- **Abastecimento de água:** Em parceria com a AMDU e a Cooperação Suíça, conseguiu-se um fundo para a compra de um novo gerador e de uma bomba para a reabilitação do sistema de tubagem, estando o trabalho de reabilitação do pequeno sistema de abastecimento de água à vila sede numa fase adiantada. As reparações das bombas dos furos nas aldeias não têm tido o ritmo desejado. A Água Rural e KULIMA, têm organizado estágios periódicos de manutenção de bombas de água e também disponibilizado acessórios e peças sobressalentes que, porém, não obstem aos problemas de operacionalidade existentes.
- **Imóveis e equipamentos na posse do governo distrital:** No distrito têm sido reabilitados e mantidos, apesar da falta de recursos, os principais edifícios públicos;
- **Apoio às vítimas das cheias de 2000:** Construção de casas com material convencional e misto para as vítimas das cheias.

Apesar dos esforços realizados, o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção e a rede de estradas terciárias que na época das chuvas tem problemas de transitibilidade, pelo que é essencial a afectação de recursos públicos para a sua reabilitação corrente.

5.2.3 Educação e Saúde

O investimento no sector tem estado a crescer, elevando para 60 o número de escolas em 2003 (51 do ensino primário nível 1, 8 do nível 2 e uma do ensino secundário geral), que são frequentadas por cerca de 23 mil estudantes ensinados por 363 professores.

O distrito está dotado de 1 Centro de saúde de nível I, 4 do nível II/III e 1 Posto de saúde, com um total de 69 camas e 30 técnicos e assistentes de saúde.

O crescimento da rede escolar e de saúde desde 2000 e a melhoria do atendimento do pessoal têm permitido aumentar o acesso da população aos serviços do Sistema Nacional de Educação e da Saúde que, porém, está ainda a um nível bastante insuficiente.

5.2.4 Cultura, Juventude e Desporto

Na área da cultura existem vários grupos que praticam diverso tipo de danças e cânticos típicos de toda a região.

No concernente à juventude, destaca-se a existência de grupos activistas e associações juvenis que se dedicam a motivar boas práticas entre os seus concidadãos.

A DDCJD tem promovido várias actividades, nomeadamente a participação no II Festival Nacional de Dança Popular, o fomento do associativismo juvenil e de grupos culturais, bem como o apoio ao desenvolvimento das artes plásticas, em particular a escultura.

5.2.5 Mulher e Coordenação da Acção Social

À DDMCAS compete coordenar a integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dando prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, reclusos, tóxico-dependentes, regressados e refugiados.

TABELA 7: Programas de acção social, 2000-2003

Tipo de Programa	
Crianças atendidas	630
Idosos atendidos	1.009
Deficientes atendidos	96
Mulheres atendidas	175
TOTAL	1.910

Fonte: Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social

Esta Direcção tem coordenado as acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidade e de direito entre homem e mulher todos aspectos de vida social e económica, e a integração, quando possível, no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Apesar dos esforços desenvolvidos, são ainda bem patentes no distrito os efeitos da pobreza, calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas.

5.2.6 Justiça, Ordem e Segurança pública

Os serviços de justiça no distrito estão representados por um conservador e uma conservatória do registo civil e por um assistente técnico. A segurança pública tem sido afectada pela ocorrência de assaltos armados e não-armados, contrabando de mercadorias, homicídios e ofensas corporais.

5.3 Desminagem

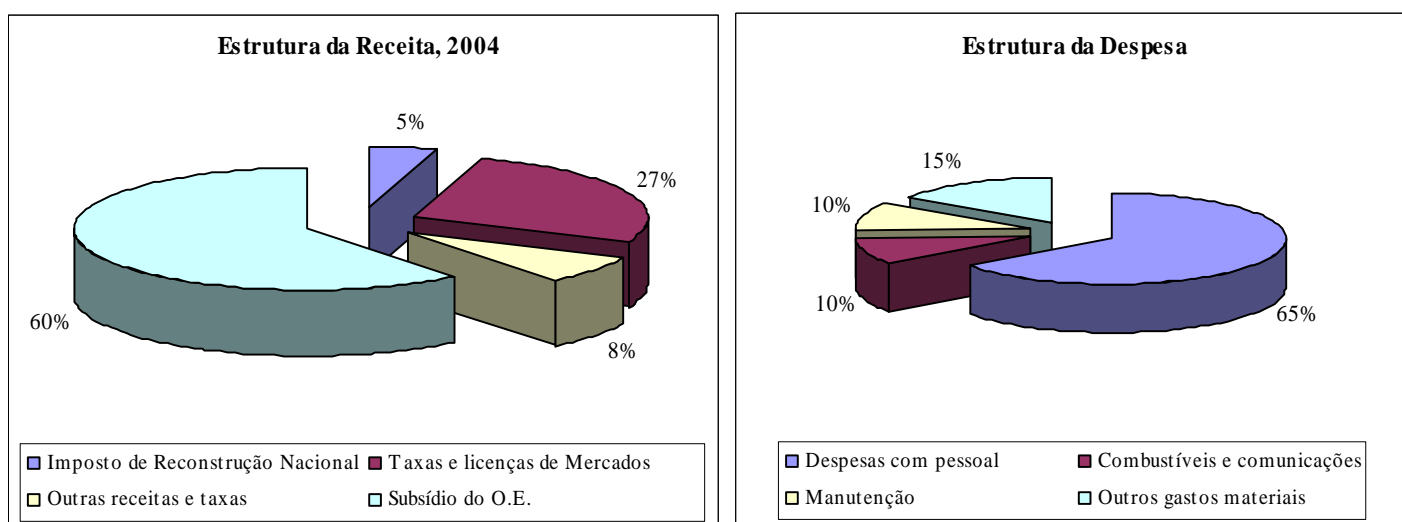
As minas constituem ou constituíram, em algumas zonas identificadas, uma ameaça à segurança da população e ao desenvolvimento económico. A acção de desminagem em curso no país desde 1992, tem permitido diminuir o seu risco, sendo hoje a situação existente no país e, em particular, neste distrito melhor controlada e conhecida.

5.4 Finanças Públicas



A Administração do Distrito, sem inclusão das instituições subordinadas e unidades sociais, funcionou nos últimos anos com os seguintes níveis de receitas e despesas anuais.

FIGURA 4: Estrutura do orçamento distrital, 2004



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial do Plano e Finanças

O nível de receita é manifestamente insuficiente ao cabal exercício das funções distritais. A despesa corrente do orçamento distrital em 2004 foi de 16 contos por habitante, isto é, cerca de 80 cêntimos do USD.

Do lado da despesa, os gastos com pessoal absorvem mais de metade do orçamento corrente do distrito e, à excepção das cobranças de mercados e algumas receitas de serviços, turismo e urbanismo, o esforço fiscal distrital é muito baixo.

O investimento correspondeu no período em análise a menos de 10% da despesa total, associado principalmente à reabilitação de infra-estruturas destruídas ou danificadas pelas cheias.

Quanto ao investimento com financiamento de base distrital, o seu montante é quase nulo, sendo quase todas as acções de investimento público planificadas e orçamentadas ao nível provincial, funcionando os principais sectores sociais com finanças geridas a este nível.

À governação distrital compete essencialmente a gestão corrente, fraccionada pela dispersão orçamental dos principais sectores sociais e de infra-estruturas, o que condiciona fortemente a sua actuação num esforço coordenado de desenvolvimento e integração.

5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital

Face à situação financeira descrita, o Governo Distrital tem tido vários constrangimentos à sua acção, de que se destacam os seguintes:

- Não alocação de fundos de investimentos para manutenção das vias de acesso;
- Falta de fundos de investimento para manutenção dos sistemas de abastecimento de água e furos nas aldeias;
- Falta de infra-estruturas de educação e saúde para a população do distrito;
- Falta de viaturas para a Administração e de motorizadas para locomoção dos Chefes dos Postos Administrativos; e
- Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do aparelho de estado.

5.6 Apoio externo e comunitário

Na sua actuação, o Governo Distrital tem tido apoio de vários organismos de cooperação, que promovem programas sociais de assistência, protecção do ambiente e desenvolvimento rural, que desempenham um papel activo e importante no apoio à reconstrução e desenvolvimento locais, sendo de destacar:

- PMA: Apoio ao desenvolvimento rural e aos projectos de participação comunitária no âmbito dos programas “comida por trabalho”;
- MOVIMUNDO e AMDU: Trabalham na área da agricultura, saúde e educação e reabilitação de infra-estruturas de abastecimento de água, em todo o distrito;
- Cooperação Suíça: Financiamento para reabilitação do sistema de tubagem do PSAA da vila sede do distrito;
- KULIMA: Faz trabalhos na área da agricultura e saúde em todo o distrito;
- FCC: Micro-créditos na sede distrital;
- AMREF: Nas áreas da saúde e acção social;
- VISÃO MUNDIAL: Trabalha na área da agricultura em Mahalamba, Dongane, Nhanombe e Chacane;
- VETAID: Nas áreas de segurança alimentar e fomento pecuário; e
- ADRA: Fomento do caju.

A participação comunitária tem sido essencial para suprir várias necessidades em infra-estruturas, face à falta de fundos existente, de que se destaca a participação activa no quadro do programa “comida por trabalho” na reabilitação e manutenção de estradas interiores, reabilitação e construção de postos de saúde e escolas, bem como residências para professores e enfermeiros, em materiais locais.

6 Posse e Uso da Terra ⁴



A informação deste capítulo tem por objectivo analisar os traços gerais que caracterizam a base agrária do distrito, de forma a permitir inferir sobre eventuais cenários de intervenção que reforcem o sector no contexto do processo de desenvolvimento distrital.

Apesar das reservas quanto à representatividade ao nível distrital dos dados do CAP, este capítulo permite avaliar os principais factores que fazem deste sector um

veículo privilegiado de intervenção no desenvolvimento económico e social do país.

Referirmo-nos, entre outros, ao facto de:

- Ser a actividade dominante em praticamente todo o distrito;
- Esta actividade fazer parte dos hábitos e costumes da população;
- A actividade ser praticada pela maioria dos agregados familiares do distrito;
- Constituir a maior fonte de emprego e de rendimento da população;
- As condições naturais permitirem a prática da actividade.

6.1 Posse da terra

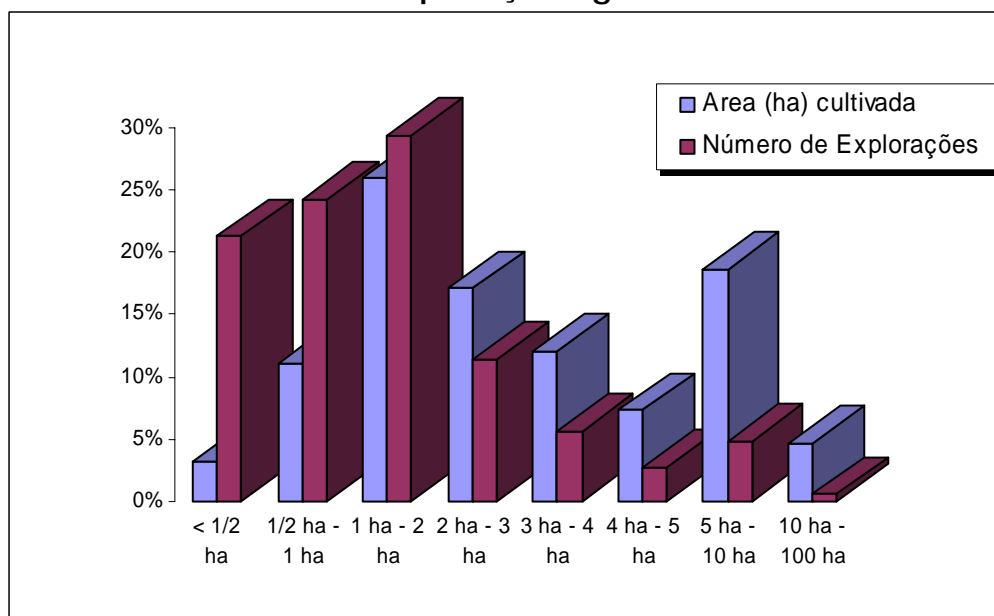
O distrito possui cerca de 18 mil explorações agrícolas com uma área média é de 2.5 hectares. Com um grau de exploração familiar dominante, 45% das explorações do distrito têm menos de 1 hectare, apesar de ocuparem somente 15% da área cultivada.

Este padrão desigual da distribuição das áreas fica evidente se referirmos que 40% da área cultivada pertence a somente 9% das explorações do distrito.

Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em quase 60% dos casos, o homem da família.

⁴ Baseado em trabalho analítico da MÉTIER, suportado pelos dados do INE do Censo Agro-pecuário de 1999-2000. Apesar de se tratar de extrapolação s a partir duma amostra cuja representatividade ao nível distrital é baixa, considera-se que – do ponto de vista da análise da estrutura de uso e exploração da terra - os seus resultados são um bom retrato das características essenciais do distrito. Aconselha-se, pois, que mais do que os seus valores absolutos, este capítulo seja analisado tendo em vista absorver os principais aspectos estruturais da actividade agrária.

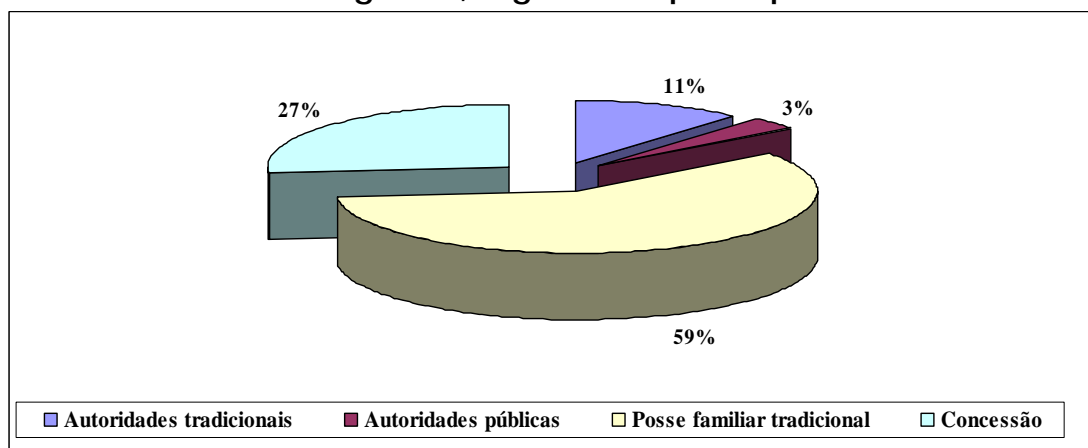
FIGURA 5: Estrutura da exploração agrária da terra



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

No que respeita à posse da terra, 60% das 48 mil parcelas em que estão divididas as explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos. Abrangendo em muitos casos pequenas explorações, o seu peso específico em termos de área é, porém, de somente 30%. Um terço das parcelas agrícolas pertencem às autoridades tradicionais e oficiais do distrito.

FIGURA 6: Parcelas agrárias, segundo o tipo de posse



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

6.2 Trabalho agrícola

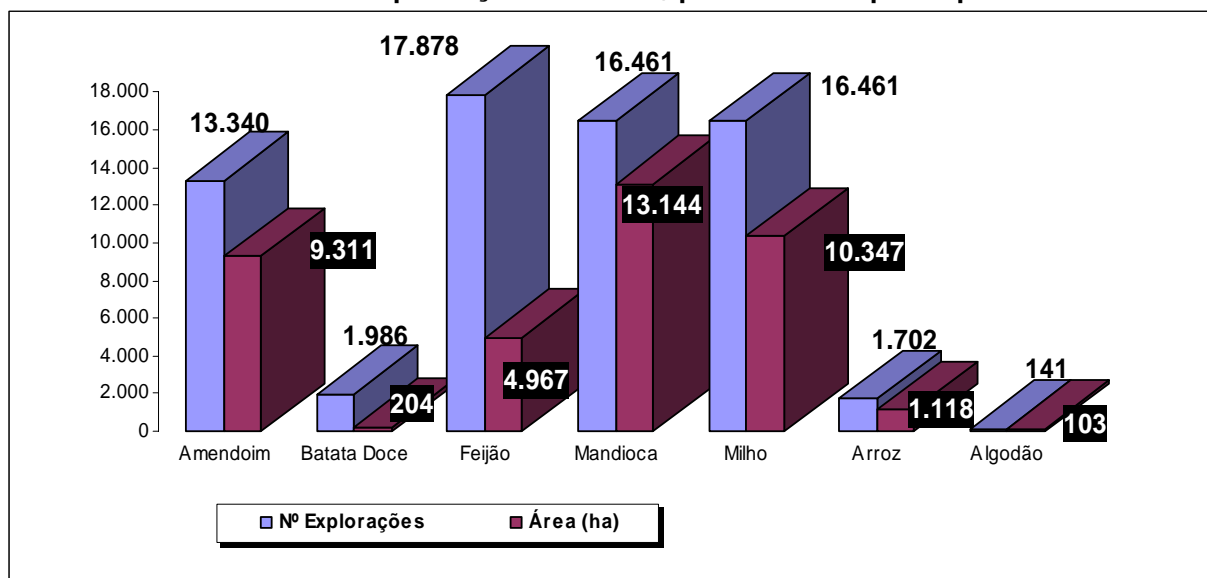
Dada a composição alargada da maioria dos agregados moçambicanos, a estrutura de exploração agrícola do distrito reflecte a base da economia familiar, constatando-se que 85% das explorações são cultivadas por 3 ou mais membros do agregado familiar.

Estas explorações estão divididas em cerca de 48 mil parcelas, metade com menos de meio hectare e exploradas em 60% dos casos por mulheres. De realçar que 30% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos.

6.3 Utilização económica do solo

A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares, nomeadamente o milho, mandioca, feijão nhemba, amendoim, algodão e cana-de-açúcar.

FIGURA 7: N.º de explorações e área, por culturas principais



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

Para além das culturas alimentares e de rendimento, o distrito tem um apreciável número de fruteiras, coqueiros e cajueiros.

No distrito existem cerca de 11 mil criadores de pecuária e 20 mil de avicultura, a maior parte em regime familiar.

Os dados disponíveis apontam para uma estrutura de comercialização da produção de 3% constituindo, para além do seu valor alimentar, uma fonte importante de rendimento familiar.

A produção não agrícola constitui igualmente fonte importante de rendimento da população do distrito. Deriva, essencialmente, da venda de madeira, lenha, caniço e carvão, bem como da actividade pesqueira e artesanal, efectuado num conjunto de centenas de explorações económicas.

7 Educação



Quase metade da população do distrito é alfabetizada e 52% das pessoas com 5 ou mais anos de idade, predominantemente homens, frequentam ou já frequentaram o nível primário do ensino.

TABELA 8: População⁵ e frequência escolar

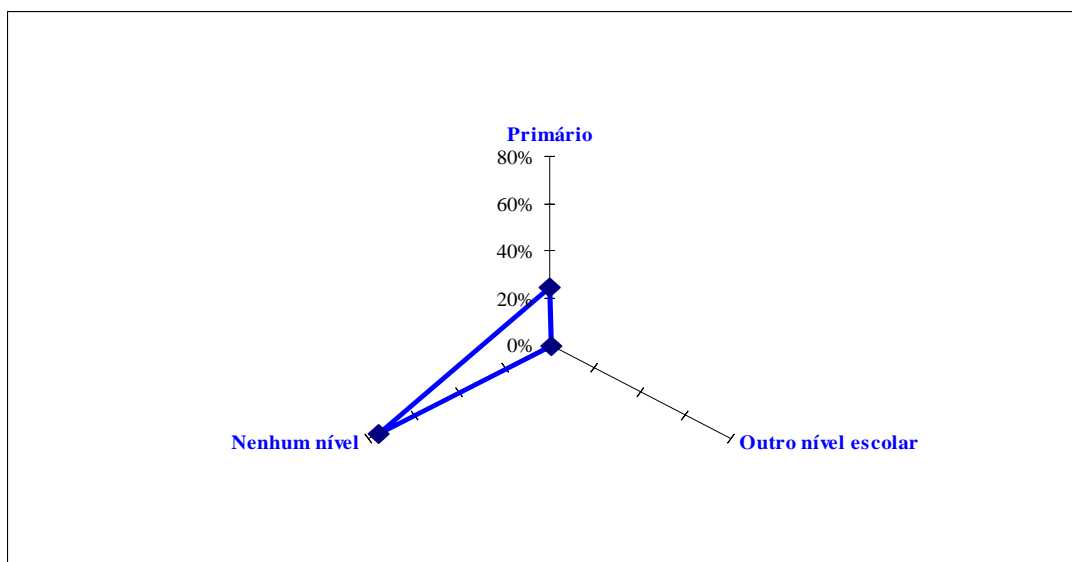
	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE INHARRIME	24,8%	13,9%	10,9%	27,4%	14,3%	13,1%	47,8%	14,7%	33,1%
P. A. de INHARRIME	24,8%	13,9%	10,9%	28,1%	14,6%	13,4%	47,2%	14,3%	32,8%
P. A. de MOCUMBI	24,8%	13,9%	10,9%	25,7%	13,5%	12,1%	49,5%	15,8%	33,8%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A maior taxa de adesão escolar verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 73% das crianças frequenta a escola, seguido do grupo de 5 a 9 anos, o que reflecte a tardia entrada na escola da maioria das crianças rurais.

A maioria destas crianças são rapazes que frequentam o ensino primário, dada a insuficiente ou inexistente rede escolar dos restantes níveis de ensino no distrito.

FIGURA 8: População⁶, por nível de ensino que frequenta



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

⁵ Com 5 ou mais anos de idade.

TABELA 9: População⁷, por nível de ensino que frequenta

	NÍVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							Nenhum nível
	Total	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE INHARRIME	24,8%	0,0%	24,3%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	75,2%
5 - 9 anos	43,2%	0,0%	43,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	56,8%
10 - 14 anos	72,8%	0,0%	72,7%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	27,2%
15 - 19 anos	33,6%	0,0%	31,1%	2,3%	0,1%	0,0%	0,0%	66,4%
20 - 24 anos	3,7%	0,0%	2,1%	1,3%	0,2%	0,1%	0,0%	96,3%
25 e + anos	0,7%	0,0%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,3%
HOMENS	32,4%	0,0%	31,6%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	67,6%
MULHERES	19,1%	0,0%	18,7%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	80,9%
P. A. de INHARRIME	24,8%	0,0%	24,1%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	75,2%
P. A. de MOCUMBI	24,8%	0,0%	24,5%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	75,2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Do total de população com mais de 5 anos de idade, verifica-se que somente 14% concluiu algum nível de ensino. Destes, 94% completaram o ensino primário e 3% o nível de ensino secundário. Os restantes níveis de ensino representam somente 3% do efectivo escolarizado.

TABELA 10: População⁸, por nível de ensino concluído

	NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							Nenhum
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE INHARRIME	13,5%	0,2%	12,7%	0,4%	0,1%	0,1%	0,0%	86,5%
5 - 9 anos	0,7%	0,0%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,3%
10 - 14 anos	5,6%	0,0%	5,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	94,4%
15 - 19 anos	26,9%	0,0%	26,6%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	73,1%
20 - 24 anos	30,7%	0,0%	29,3%	1,1%	0,2%	0,1%	0,0%	69,3%
25 e + anos	13,9%	0,5%	12,6%	0,5%	0,1%	0,1%	0,0%	86,1%
HOMENS	17,9%	0,4%	16,6%	0,6%	0,2%	0,1%	0,0%	82,1%
MULHERES	10,2%	0,2%	9,8%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	89,8%
P. A. de INHARRIME	14,6%	0,3%	13,7%	0,4%	0,1%	0,1%	0,0%	85,4%
P. A. de MOCUMBI	10,7%	0,1%	10,3%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	89,3%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A situação global descrita reflecte, para além de factores socio-económicos, o facto de a rede escolar existente e o efectivo de professores, apesar de terem vindo a evoluir a um ritmo significativo, serem insuficientes, o que é agravado por taxas de aproveitamento baixas em algumas localidades do distrito.

⁶ Com 5 ou mais anos de idade.

⁷ Com 5 ou mais anos de idade.

⁸ Com 5 ou mais anos de idade.

TABELA 11: Escolas, alunos e professores, 2003

NÍVEIS DE ENSINO	N.º de Escolas	N.º de Alunos		N.º de Professores	
		M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	60	10.786	22.900	123	363
EP1	51	9.213	19.116	109	290
EP2	8	1.258	2.916	12	52
ESG I	1	315	868	2	21

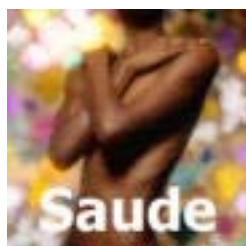
Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Educação

EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos.

A maioria dos professores das escolas do distrito tem, em média, a 6ª classe e um ano de estágio pedagógico, o que condiciona bastante a qualidade do ensino ministrado.

8 Saúde e Acção Social

8.1 Cuidados de saúde e quadro epidémico



A rede de saúde do distrito, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 15.500 mil pessoas;
- Uma cama por 1.350 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 2.750 residentes no distrito.

TABELA 12: Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003

Unidades, Camas e Pessoal existente, por Posto Administrativo	Tipo de Unidades Sanitárias					Pessoal existente por sexo		
	Total de Unidades	Hospital Rural	Centro de Saúde I	Centro de Saúde II/III	Postos de Saúde	HM	H	M
Nº de Unidades	6	0	1	4	1			
Nº de Camas	69	0	29	36	4			
Pessoal Total	35	0	9	22	4	35	14	21
- Licenciados	1	0	1	0	0	1	0	1
- Nível Médio	3	0	1	2	0	3	1	2
- Nível Básico	15	0	5	8	2	15	6	9
- Nível Elementar	15	0	5	8	2	15	5	10
- Pessoal de apoio	5	0	1	4	0	5	2	3

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

A Direcção Distrital de saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde “Kits A e B” e pelos Postos de Saúde “Kits B”.

A tabela seguinte apresenta, para o ano de 2003, a posição de alguns indicadores que caracterizam o grau de acesso e de cobertura dos serviços do Sistema Nacional de Saúde.

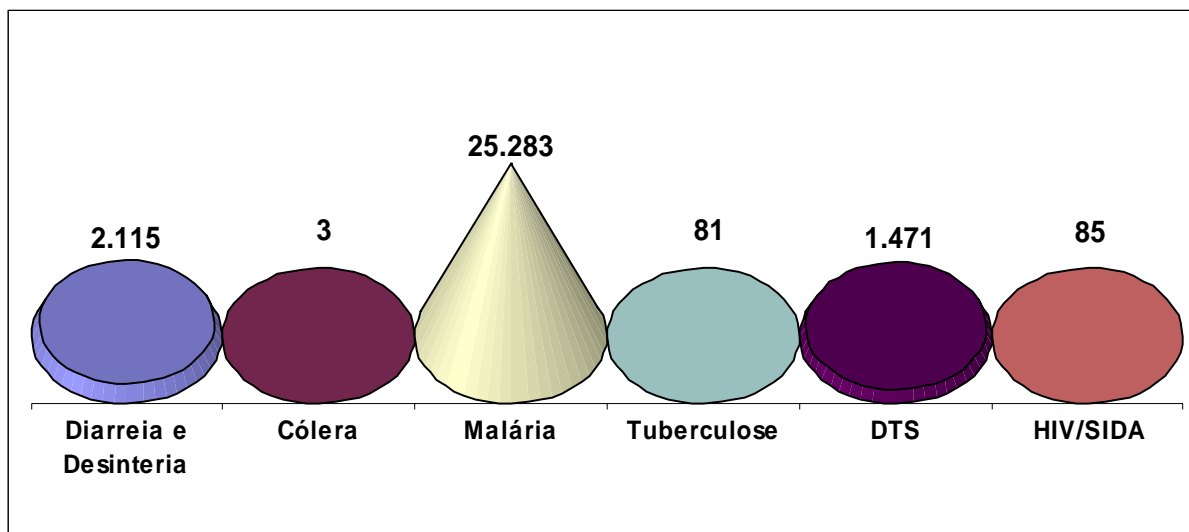
TABELA 13: Indicadores de cuidados de saúde, 2003

Indicadores	
Taxa de ocupação de camas	50,5%
Partos	1.526
Vacinação	51.714
Saúde materno-infantil	82.547
Consultas externas	95.199
Taxa de mortalidade hospitalar	1,4%
Taxa de baixo peso à nascença	7,9%
Taxa de mau crescimento	6,7%

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

O quadro epidémico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificadas no distrito.

FIGURA 9: Quadro epidémico, 2003



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

8.2 Acção Social



A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, tóxico-dependentes e regressados.

Em Inharrime existem, segundo os dados do Censo de 1997, cerca de 2 mil órfãos (dos quais 25% de pai e mãe) e 2.725 deficientes (79% com debilidade física, 12% com doenças mentais e 9% com ambos os tipos de deficiência).

TABELA 14: População, por condição de orfandade

DISTRITO DE INHARRIME	2.228
Homens	875
Mulheres	1.353
5 - 9 anos	496
10 - 14 anos	769
15 - 19 anos	963
P. A. de INHARRIME	1.544
P. A. de MOCUMBI	684

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

TABELA 15: População deficiente, por grupo etário

Posto administrativo e Idade	TOTAL	Física	Mental	Ambas
DISTRITO DE INHARRIME	2725	2.150	323	252
0 - 14	410	281	69	60
15 - 44	1071	767	166	138
45 e mais	1244	1102	88	54
P. A. de INHARRIME	1647	1385	205	57
P. A. de MOCUMBI	1078	765	118	195

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Esta Direcção tem coordenado as acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidade e de direito entre homem e mulher todos aspectos de vida social e económica, e a integração, quando possível, no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Desde o ano 2000, foram reunificadas com as suas famílias cerca de 630 crianças perdidas e órfãs, foram identificadas beneficiando de apoios 175 mulheres e mil idosos, e foram assistidas 96 pessoas portadoras de deficiência.

TABELA 16: Programas de acção social, 2000-2003

Tipo de Programa	
Crianças atendidas	630
Idosos atendidos	1.009
Deficientes atendidos	96
Mulheres atendidas	175
TOTAL	1.910

Fonte: Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social

9 Género



O distrito de Inharrime tem uma população estimada de 93 mil habitantes - 52 mil do sexo feminino - sendo 11% dos agregados familiares do tipo monoparental chefiados por mulheres.

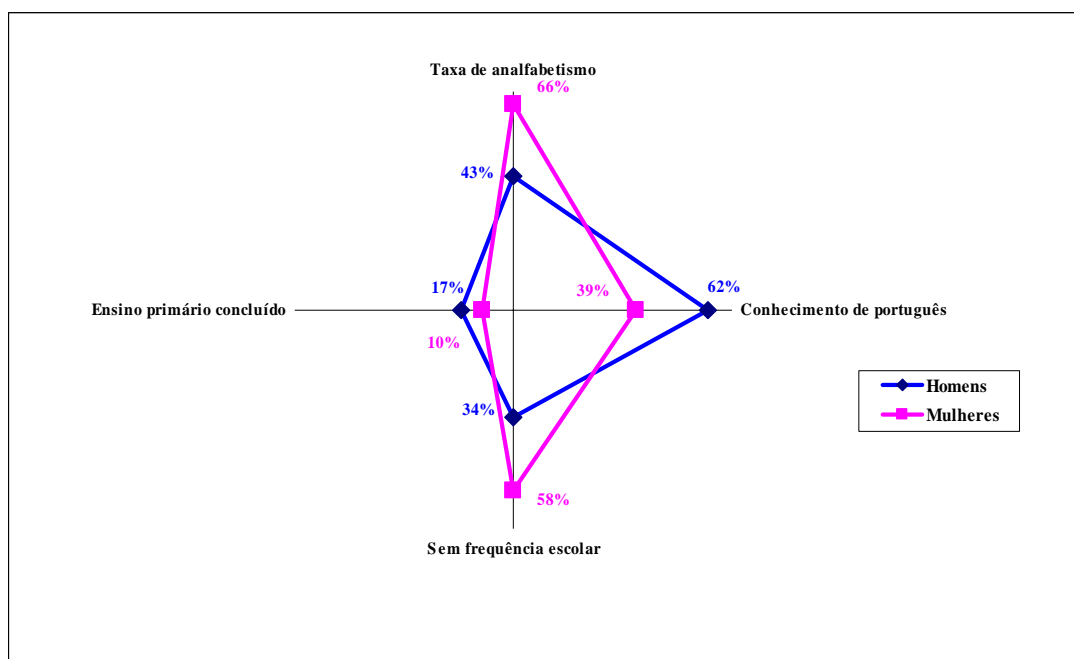
9.1 Educação

Tendo por língua materna dominante o *Chichopi*, só metade das mulheres tem conhecimento da língua portuguesa. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 66%, sendo de 43% no caso dos homens.

Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 58% nunca frequentaram a escola e somente 10% concluíram o ensino primário.

A maior taxa de adesão escolar verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 64% das crianças do sexo feminino frequenta a escola, o que reflecte a entrada tardia na escola da maioria das crianças rurais, sobretudo meninas.

FIGURA 10: Indicadores de escolaridade, por sexo



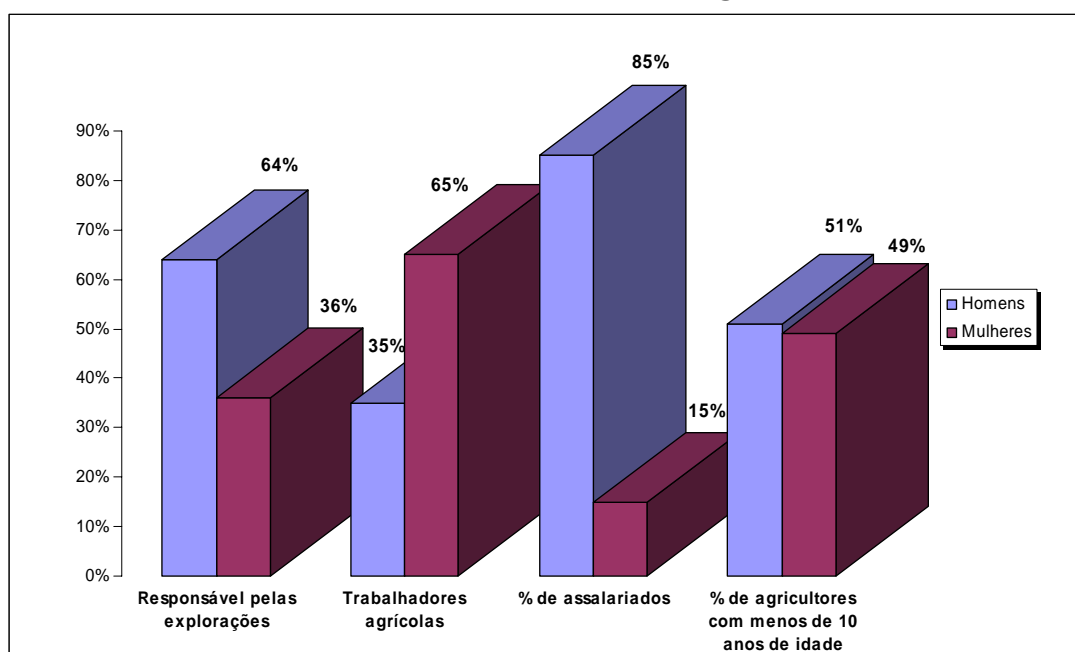
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

9.2 Actividade económica e exploração da terra

De um total de 52 mil mulheres, 31 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo as que procura emprego pela 1ª vez, a população activa feminina é de 27 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego feminino de 14%, contra 25% no caso dos homens.

As explorações estão divididas em cerca de 48 mil parcelas, metade com menos de meio hectare e exploradas em 60% dos casos por mulheres. De realçar que 31% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos, das quais 49% são raparigas.

FIGURA 11: Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

A distribuição das mulheres activas residentes no distrito de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade é a seguinte:

- Cerca de 98% são trabalhadoras agrícolas, familiares ou por conta própria;
- 1% são vendedoras ou empregadas do sector comercial formal e informal; e
- As restantes 1% são, na maioria, trabalhadoras do sector de educação e saúde.

Nestes dois sectores chave da vida social a situação da mulher trabalhadora é, curiosamente, inversa. Assim, enquanto nos professores só 33% são mulheres, verifica-se que 60% dos técnicos de saúde do distrito são profissionais femininas.

9.3 Governação



Ao nível do distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando a sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado.

Ao nível do Governo Distrital, dos 55 funcionários existentes só 15 são senhoras. Destas uma ocupa a função de Directora Distrital da Saúde, outra de Delegada da Acção Social e uma, ainda, é a Juíza Distrital. As restantes senhoras, em geral, ocupam posições inferiores da carreira administrativa.

10 Actividade Económica

10.1 População economicamente activa

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1.2, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 12 pessoas em idade activa.

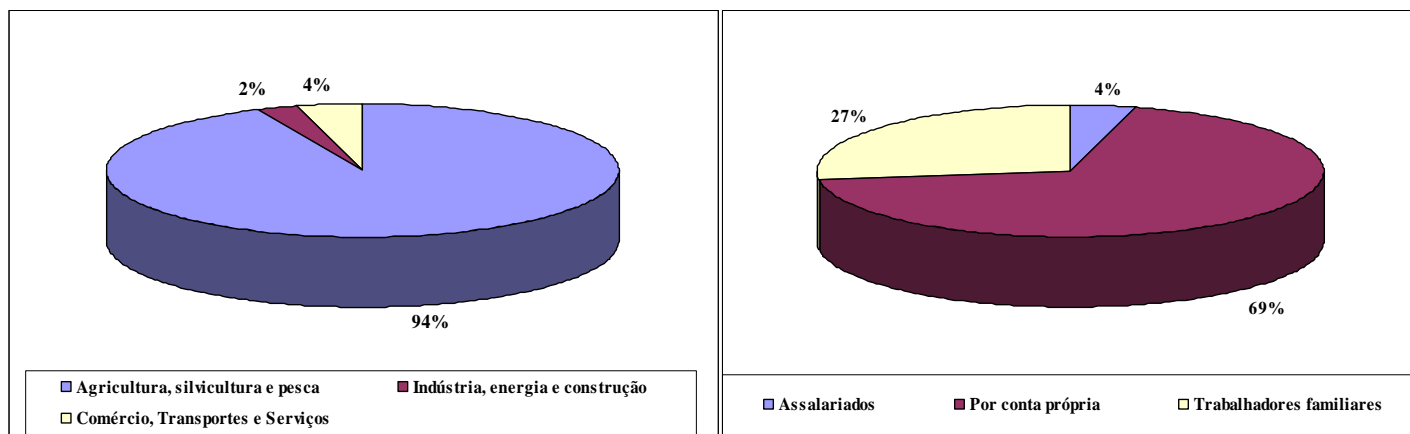
De um total estimado de 93 mil habitantes, 51 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo os que procuram emprego pela primeira vez, a população economicamente activa⁹ é de 42 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 18%.

Destes, 96% são trabalhadores familiares ou por conta própria, e na sua maioria mulheres. A percentagem de trabalhadores assalariados é somente de 4% da população activa e, de forma inversa, é dominada por homens (as mulheres assalariadas representam apenas 15% do total de assalariados).

A distribuição segundo a posição no processo de trabalho e o ramo de actividade reflecte, naturalmente, a actividade dominante agrária do distrito, que ocupa 93% da mão-de-obra activa do distrito (70%, por conta própria e 29% em regime de exploração familiar).

Os sectores secundário e terciário ocupam, respectivamente, 2% e 4% da população activa, sendo dominados pela actividade de comércio formal e informal, onde trabalham cerca de 3% do total de pessoas activas e 1% das mulheres activas do distrito.

FIGURA 12: População activa¹⁰, processo de trabalho e sector de actividade



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

⁹ À data de 1/1/2005 (estimativa).

¹⁰ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

TABELA 17: População activa¹¹, processo de trabalho e sector de actividade

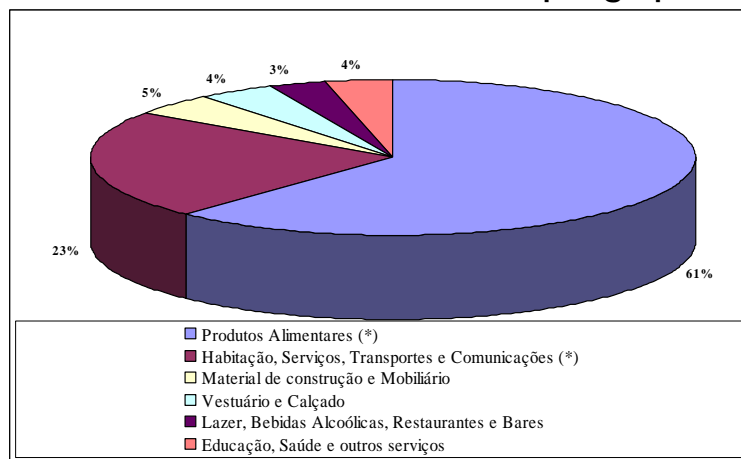
SECTORES DE ACTIVIDADE	TOTAL	POSIÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO						
		Assalariados			Sector Coop.	Por conta própria	Trabalhador familiar	Empresário Patrão
		Total	Estado	Empresas				
DISTRITO DE INHARRIME	41.715	4,2%	1,6%	2,5%	0,1%	68,3%	27,1%	0,4%
- Homens	15.033	3,5%	1,3%	2,2%	0,0%	24,5%	7,6%	0,3%
- Mulheres	26.681	0,6%	0,3%	0,3%	0,0%	43,8%	19,5%	0,0%
Agricultura, silvicultura e pesca	38.935	1,0%	0,2%	0,8%	0,1%	65,6%	26,7%	0,1%
- Homens	12.765	0,7%	0,1%	0,6%	0,0%	22,4%	7,3%	0,1%
- Mulheres	26.170	0,2%	0,0%	0,2%	0,0%	43,1%	19,3%	0,0%
Indústria, energia e construção	1.041	1,1%	0,1%	1,0%	0,0%	1,1%	0,1%	0,1%
- Homens	998	1,1%	0,1%	0,9%	0,0%	1,1%	0,1%	0,1%
- Mulheres	43	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%
Comércio, Transportes e Serviços	1.739	2,1%	1,3%	0,8%	0,0%	1,6%	0,3%	0,2%
- Homens	1.270	1,7%	1,0%	0,7%	0,0%	1,0%	0,2%	0,1%
- Mulheres	469	0,4%	0,3%	0,1%	0,0%	0,6%	0,2%	0,0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

10.2 Rendimento e consumo familiar

O distrito de Inharrime tem um Índice de Incidência da Pobreza ¹² estimado em cerca de 75% no ano de 2003¹³. Com um nível médio mensal das receitas familiares estimado em 1.150 contos (49% em espécie, derivados do autoconsumo e da renda imputada pela posse de habitação própria), a população do distrito apresenta um padrão de consumo influenciado por estes dois factores, e concentrado nos produtos alimentares (62%) e na habitação, água e energia e combustíveis (23%).

FIGURA 13: Estrutura do consumo, por grupos de produtos e serviços



(*) Inclui o autoconsumo da produção agrícola e a imputação da renda por posse de habitação própria
 Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

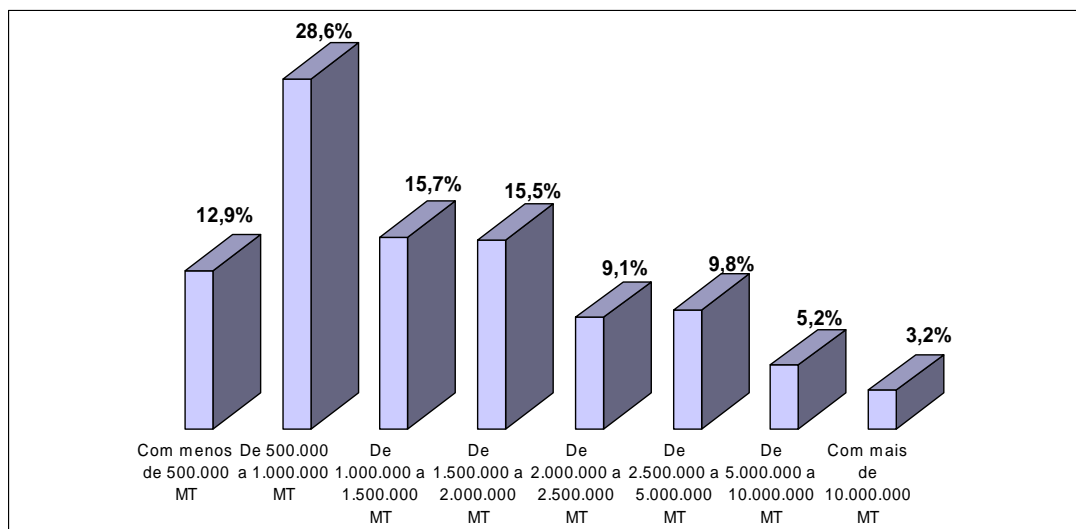
¹¹ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

¹² O Índice de Incidência da Pobreza (*poverty headcount index*) é a proporção da população cujo consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza.

¹³ Estimativa da MÉTIER, a partir de dados do Relatório sobre Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03), DNPO, Gabinete de Estudos do MPF.

Com variância significativa, a distribuição da receita familiar está concentrada nas classes baixas, com 73% dos agregados na faixa de rendimentos mensais inferiores a 2.000 contos.

FIGURA 14: Distribuição das famílias, por rendimento mensal



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

10.3 Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência



O distrito de Inharrime produz geralmente duas colheitas por ano. A produção da colheita principal é insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos, que só são satisfeitas com a segunda colheita, com rendimentos não agrícolas ou com outros mecanismos de sobrevivência.

Dados do levantamento dos “Médicos sem Fronteiras” permitem estimar em 2 meses a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca. Estima-se que 5% da sua população, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, está em situação potencialmente vulnerável.

As oportunidades de emprego no distrito são muito reduzidas, uma vez que este não possui nenhuma indústria ou estabelecimentos que possa absorver a força de trabalho, existindo apenas pequenas unidades de base familiar.

Constituem actividades alternativas geradoras de rendimento, o comércio informal, a pesca na zona costeira do distrito, a venda de lenha e o trabalho migratório para a África do Sul.

Para fazer face à situação, as autoridades distritais e o MADER lançaram um plano de acção para redução do impacto da estiagem incluindo sementes e culturas resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

As principais organizações que apoiam o distrito, sobretudo aquando de calamidades, são o PMA, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais (DPCCN) o PESU (Programa de Emergência de Sementes e Utensílios), a Save the Children Federation USA (SCF) e a Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM), cuja actuação inclui a entrega de alimentos do programa “comida pelo trabalho”, a distribuição de sementes e de instrumentos agrícolas.

10.4 Infra-estruturas de base



O distrito de Inharrime é servido por **transportes ferroviários e rodoviários**, sendo atravessado em toda a sua extensão pelo principal eixo rodoviário do país, a EN1. Em termos de **telecomunicações**, o distrito recorre a ligações por via rádio.

A reabilitação de estradas secundárias e terciárias tem tido um impacto importante no desenvolvimento do distrito, permitindo o transporte da ajuda alimentar, o acesso a novas terras para agricultura e a participação comunitária na reconstrução das infra-estruturas destruídas.

TABELA 18: Rede de estradas

Localização	Dimensão (km)	Classificação	Transitável (S/N)	Reabilitada (S/N)
Inharrime-Ravene	40	EN	sim	sim
EN1-Závora	17	NC	sim	não
Inharrime-Inhassume	32	ER	sim	sim
Inharrime-Rongune	60	ER	sim	sim
Mavunjane-Npadiane	20	NC	sim	não
Chacane-Magul	17	NC	sim	não
Chacane-Cogueno	27	NC	não	não

Classificação: EN- Estrada Nacional; ER- Estrada Regional secundária, não alcatroada; NC- Não Classificada, estrada rural terciária.

Fonte: Administração do Distrito

O acesso para os distritos limítrofes é feito em estradas pavimentadas e em boas condições. Já os acessos dentro do distrito são feitos em estradas de terra batida mas que não apresentam grandes limitações de trânsito, excepto durante a época chuvosa.

A distribuição de **fontes de água** pelas várias localidades do distrito é relativamente equilibrada, porém, o acesso à água potável ainda é deficiente.

Na Vila Sede existe um pequeno sistema de abastecimento de água que funciona deficientemente devido ao estado obsoleto dos equipamentos. Em parceria

com a AMDU e a Cooperação Suíça, conseguiu-se um fundo para a compra de um novo gerador e de uma bomba para a reabilitação do sistema de tubagem, estando o trabalho de reabilitação numa fase adiantada.

Existem furos com as bombas de água avariadas e falta de peças sobressalentes, e há povoados, como os de Sonduza, Ankoca, Naila, Boquisso, Mussani e Nhalivilo, cujas populações têm que percorrer entre 4 a 6Km até à fonte de água mais próxima.

A totalidade dos poços e furos dispõe de bombas de água, sendo as principais instituições activas no sector, a Água Rural e KULIMA, que tem organizado estágios periódicos de manutenção de bombas de água e também disponibilizado acessórios e peças sobressalentes que, porém, não obstam aos problemas de operacionalidade existentes.

De acordo com os dados do Censo de 1997, só a vila de Inharrime beneficia de **energia eléctrica**, que cobre cerca de 2% da população do aglomerado, o que corresponde a 1% da população total do distrito.

A vila de Inharrime beneficia de energia eléctrica dum central da EDM, durante 7 horas por dia, entre as 17 e as 24 horas. No restante período do dia, a quota de gasóleo (8.000 litros) é insuficiente para o fornecimento alternativo de energia por gerador.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

10.5 Agricultura e Desenvolvimento Rural

10.5.1 Zonas agro-ecológicas



O distrito de Inharrime possui apetência para a actividade agrícola, podendo-se dividir em duas zonas agro-ecológicas ou de produção, principais:

- Zona A: Abrange as localidades de Nhanombe, Dongane, Mahalamba e Chacane. Os solos são franco-arenosos e franco-argilosos, e a

precipitação média anual é de 1500mm, chegando a ocorrer algumas inundações moderadas. Esta zona tem potencial para a produção de amendoim, mandioca e

milho.

- Zona B: Abrange as localidades de Chacane e Nhapadiane. Apresenta solos franco-arenosos e areno-argilosos e uma precipitação média anual de 1200mm, tendo potencial para a produção de amendoim, milho e arroz. Nesta zona ocorrem secas e algumas inundações moderadas no tempo das chuvas.

10.5.2 Produção agrícola e sistemas de cultivo

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em consociação de culturas com base em variedades locais, nomeadamente mapira e milho, embora os camponeses ainda produzam amendoim e feijão nhemba.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restolhos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida sobretudo no interior do distrito, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

O distrito de Inharrime não possui infra-estruturas de regadio disponíveis para a exploração agrícola, sendo a região considerada marginalmente apta para o desenvolvimento de agricultura irrigada.

Assim, e dada a existência de um estrato gramíneo e arbustivo abundante, é a produção pecuária a actividade agrária com maior potencial neste distrito.



As cheias que assolaram o distrito em 2000/01 criaram enormes prejuízos, afectando grande parte da população do distrito. Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a

recuperação dos níveis de produção de campanhas anteriores.

As principais culturas de alimentos básicos para o sector familiar no distrito são a mandioca, o milho, o feijão, o amendoim e o arroz que, junto com as hortícolas,

constituem a base da dieta das famílias. As principais culturas comercializadas pelo sector familiar são, a mandioca, o feijão e o algodão.

TABELA 19: Produção agrícola, por principais culturas, 2000-2003

Principais Culturas	Campanha 2000/2001		Campanha 2001/2002		Campanha 2002/2003	
	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)
Milho	10.940	8.599	10.940	3.282	9.846	3.150
Arroz	313	501	129	194	282	395
Mapira	1.650	1.188	1.520	942	1.530	796
Amendoim	8.752	3.982	12.960	1.296	11.664	1.212
Mandioca	8.127	36.425	10.647	85.176	9.582	39.573
Feijões	3.126	500	3.126	313	2.813	675
Total	32.908	51.195	39.322	91.203	35.717	45.800

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial de Agricultura

10.5.3 Pecuária



O fomento pecuário tem sido fraco. Porém, o investimento privado e a tradição na criação de gado, conduziram ao crescimento do efectivo bovino de 5.700 cabeças em 2000, para 8.200 em 2003, cuja exploração é feita por vários criadores essencialmente de base familiar, servidos por algumas infra-estruturas de apoio, infelizmente, em mau estado de conservação.

Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos, os porcos e as ovelhas.

Dada a existência de boas áreas de pastagem e de fontes de água próximas, existem boas condições para o desenvolvimento da pecuária no distrito, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

10.5.4 Pescas, Florestas e Fauna bravia

A floresta predominante é aberta e de matagal costeiro, existindo exploração de madeira tule, messassa e chanfuta, esta representada em pequenas manchas. Foi montado um viveiro para a produção de mudas de essências florestais para a protecção das dunas.

O distrito possui um Centro de Apicultura na localidade de Mahalamba, onde foram treinados alguns apicultores e é produzido mel. Existe também no distrito um Posto

Agronómico em Nhacoongo, onde são realizados ensaios de diferentes variedades de culturas e enxertias de mudas de cajueiros.

A caça é um suplemento alimentar importante das famílias do distrito. As espécies mais caçadas são o lhengane e o cabrito cinzento. Outras espécies existentes no distrito incluem o chipene, o chango e o cudo.

Existem no distrito diversas espécies fruteiras, nomeadamente, cajueiros, mangueiras, laranjeiras e tangerineiras..

As árvores mais importantes para as famílias são o cajueiro, a mangueira, a mafurreira, os citrinos, o coqueiro e o abacateiro.

A lenha é o principal combustível doméstico. A madeira é utilizada na construção de casas juntamente com outros materiais. O distrito enfrenta problemas de erosão, havendo comunidades que têm a fonte de lenha mais próxima a 7Km.

Sendo um distrito costeiro, o peixe está, naturalmente, incluído nos hábitos alimentares das famílias, apesar de a actividade de pesca ser pouco desenvolvida.

10.6 Indústria, Comércio e Serviços

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) tem-se desenvolvido e surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

A rede comercial é deficiente e enfrenta a falta de fundos para a sua reabilitação. Das 66 lojas existentes no distrito, 26 estão inoperacionais.

Existem, ainda, cinco botequins (3 inoperacionais) cinco armazéns (3 inoperacionais), duas oficinas, uma carpintaria e três padarias (1 inoperacional).

Como recursos minerais existem a pedra, cal, argila (barro) e areia para construção, cuja exploração é feita em pequena escala por pessoas singulares e, principalmente, para uso doméstico. A pedra usada é vendida para rendimento das famílias, especialmente na localidade de Chacane.

O turismo e respectiva infra-estrutura estão bastante pouco desenvolvidos neste distrito.

O distrito não possui nenhum sistema formal de crédito implantado e não está representada em Inharrime nenhuma instituição bancária.

Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Inharrime

(Fonte de dados: Direcção Nacional da Administração Local)

Nº	Nome completo	Designação Local de Aut. Comunitária	Sexo	Área de Jurisdição			Data de Reconhecimento
				Posto Administrativo	Localidade	Aldeia/Povção	
1	João Chirrengane Nharreluga	Chefe tradicional	M				
2	Muholichiane Paipe	Chefe tradicional	M				
3	Venâncio José Uane	Chefe tradicional	M				
4	Castigo Jacopo	Chefe tradicional	M				
5	Jorge Da Conceição Tutuma	Secretário de aldeia	M				
6	Zacarias Penicela Mahessa	Secretário de aldeia	M				
7	Feniasse Timóteo Cumbane	Secretário de aldeia	M				
8	Samuel Neves	Secretário de aldeia	M				
9	Albino Viniche Cumbe	Secretário de aldeia	M				
10	David Jamissane Nhapossa	Secretário de aldeia	M				
11	Furtuoso Matavela	Secretário de aldeia	M				
12	Avelino Chumiane	Secretário de aldeia	M				
13	Guitissane Faela Malene	Secretário de aldeia	M				
14	Alexandre António Macucha	Secretário de aldeia	M				
15	Victorino De Carvalho	Secretário de aldeia	M				
16	Afonso Mapasse	Secretário de aldeia	M				
17	Bartolomeu Raimundo	Secretário de aldeia	M				
18	Chadrique Timóteo Neves	Secretário de aldeia	M				
19	Alfeu Naftal Sivane	Secretário de aldeia	M				
20	Francisco José M. Ndeve	Secretário de aldeia	M				
21	Sacur Naiene Buque	Secretário de aldeia	M				
22	António Correia Oliveira	Secretário de aldeia	M				

Documentação consultada

Administração do Distrito de Inharrime, *Balanço de Actividades Quinquenal para a 4ª Reunião Nacional, 2004.*

Administração do Distrito de Inharrime, *Perfil Distrital em resposta à metodologia da MÉTIER, 2004.*

Direcção de Agricultura da Província de Inhambane, *Balanço Quinquenal do Sector Agrário da Província de Inhambane, Maio 2004.*

Direcção de Agricultura da Província de Inhambane, *Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário da Província de Inhambane, 2002.*

Direcção Provincial da Educação de Inhambane, *Relatório de Actividades, 2004.*

Direcção Provincial de Saúde de Inhambane, *Relatório de Actividades, 2004.*

District Development Mapping Project, *Perfil de Inharrime, 1995.*

Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico da Província de Inhambane, 2001.*

Instituto Nacional de Estatística, *Anuários Estatísticos, 2000 a 2003.*

Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agro-pecuário, 1999-2000.*

Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Inquérito às Receitas e Despesas dos Agregados Familiares, 2003 e 1997.*

Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 1997.*

Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Sociais e Demográficas, CD, 2004.*

J. du Toit, *Provincial Characteristics of South Africa, 2002.*

Lourenço Rodrigues, MSc, *Experiência de Planificação Distrital de Alto Molocué, 1986.*

MÉTIER,Lda, *Folhas Informativas dos 33 Municípios, 2000 e 1997.*

MÉTIER,Lda, *Moçambique: Crescimento e Reformas, 2003..*

MÉTIER,Lda, *Perfil de Descentralização de Moçambique, 2004.*

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, *Levantamento dos Regadios na Zona Sul - Fase 3, Volume I, Relatório Final, Junho 2002.*

Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares, 2000 a 2003.*

Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, *Perfil Estatístico Sanitário da Província de Inhambane, 2004.*

Ministério do Plano e Finanças e Ministério da Administração Estatal, *Orientações para a elaboração dos Planos Distrais de Desenvolvimento, 1998.*

Ministério do Plano e Finanças, *Balanço do Plano Económico e Social de 2003, 2004.*

Ministério do Plano e Finanças, Gabinete de Estudos, DNPO, *Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03).*

Ministério do Plano e Finanças, *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005), Conselho de Ministros, 2001.*

UN System, *Mozambique Common Country Assessment, 2000.*

UN System, *Mozambique – Millennium Development Goals, 2002.*

UNDAF, *Mozambique - Development assistance Framework, 2002-2006.*

UNDP, *Governance and local development, 2004.*

UNDP, *Poverty and Gender, 2004.*

UNDP, *Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano, 1998 a 2001.*

UNDP, *Rural Regions: Overcoming development Disparities, 2003.*

UNDP, *Sustained local development, Senegal, 2004.*

Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula, *Brochura Distrital e Municipal, 2003.*

Ville de Gatineau, Canadá, *Profil Economique, 2004.*

World Bank, *Poverty Monitoring Toolkit, 2004.*

World Bank, *Social Analysis Sourcebook, 2003.*

Série: Perfis Distritais
Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal
Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local
Copyright © Ministério da Administração Estatal
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.metier.co.mz>
Copyright © MÉTIER, Lda



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Série “Perfis Distritais de Moçambique”

Edição 2005